

PROCESSAMENTO ELETRÔNICO EM VARA CRIMINAL

Competência técnica: Processamento
Conhecimentos relacionados: Processamento Eletrônico

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao processamento eletrônico nas Varas Criminais, capacitando-o a aplicá-las no exercício de suas funções com a finalidade de tornar célere a tramitação processual.

Objetivos Específicos

- Conhecer as rotinas cartorárias do processamento eletrônico para organizar e executar as atividades de processamento de forma célere e eficiente.
- Exercer todos os atos necessários ao processamento eletrônico para a busca de um judiciário mais ágil.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura, sistema DCP e suas ferramentas, estudos de casos, recursos audiovisuais.

Conteúdo Programático

- Introdução ao conceito de processo eletrônico.
- Consulta a manuais e vídeos.
- Consulta a informações importantes.
- Cadastro presencial.
- Senha provisória.
- Portal de serviços e distribuição processual.
- Informações oriundas de autoridades e órgão públicos.
- Objetos que devem fazer parte do processo e não podem ser digitalizados.
- Diferença entre processo eletrônico e processo digitalizado.
- Visualizador e movimentação do processo eletrônico.
- Elaboração de índices na árvore de documentos.
- Rotina cartorária.
- Intimação eletrônica.
- Consulta a intimações eletrônicas.
- Manifestações.
- Importância dos atos do Juiz.
- Audiências.
- Remessa de processos eletrônicos.
- Declínio de competência.
- Inclusão de anexos ao processo.

- Carta precatória eletrônica.
- Digitalização e virtualização de processo.
- Arquivamento.
- Digitalização e impressão em pdf para juntada.
- Processamento em Vara Criminal – Introdução.
- Organização cartorária.
- Entranhamento de documentos.
- Critérios gerais de autuação de processos.
- Critérios específicos de autuação.
- Processamento – Condições gerais.
- Inquérito policial.
- Digitação.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia

- DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- GOMES, Abel Fernandes; Boechenek, Antônio César. Nova Lei Antidrogas: Teoria, Crítica e Comentários à Lei nº. 11.343/2006. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. As Nulidades no processo Penal. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- JESUS, Damásio E. de. Código de Processo Penal Anotado. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- NEGRÃO, Theotônio et al. Código Civil e Legislação Civil Em Vigor. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- NERY JR, Nelson; ANDRADE, Rosa Maria de. Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.
- NICOLITTI, André. Processo Penal Cautelar. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 21. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

Legislação

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – atualizada.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código de Penal.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.
- BRASIL. Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, Dispõe sobre prisão temporária.

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

- BRASIL. Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- BRASIL. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº. 11.149, de 19 de dezembro de 2006 instituiu regras para a tramitação de processos judiciais em meio eletrônico
- BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.
- BRASIL. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Nº 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil, que em seu artigo nº 1.048 dispõe sobre a prioridade de tramitação dos processos judiciais às pessoas que especifica.
- BRASIL. Lei nº 13.793, de 03 de janeiro de 2019, Altera as Leis n os 8.906, de 4 de julho de 1994, 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para assegurar a advogados o exame e a obtenção de cópias de atos e documentos de processos e de procedimentos eletrônicos.
- BRASIL. Legislação do Poder Judiciário. Resolução CNJ nº 84/2009, Resolução CNJ nº 59/2008 e Aviso CGJ nº 803/2009. Tratam da alimentação do Banco de Dados do CNJ, referente ao Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas, com as informações que menciona.
- BRASIL. Legislação do Poder Judiciário. Resolução CNJ nº 63/2008, Aviso CGJ nº 61/2009 e Aviso CGJ nº 391/2009. Determinam que sejam cadastrados no Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) os bens apreendidos que possuam valor econômico, além das armas e substâncias entorpecentes e de uso proscrito, facultado o cadastramento dos demais bens;
- RIO DE JANEIRO (Estado). Legislação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, atualizada.

Carga horária

12 horas

Atualização: 07/08/2019	Revisão: 01
-------------------------	-------------